

# Suplemento de Arqueologia

Mensal | Ano 11 | N.º 76 | distribuição gratuita | Revista Municipal

## Monumento epigráfico da Quinta de Santo Adrião (Silvares, Lousada): a inscrição romana

Luís Sousa\*

### 1 - INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos o nosso estudo pela epígrafe de Época Romana queremos inaugurar uma mais alargada divulgação das inscrições representadas no que denominamos de monumento epigráfico da Quinta de Santo Adrião, mormente ao nível do aro administrativo do concelho de Lousada. Este suporte para além de uma epígrafe datada sensivelmente do século II d.C., apresenta gravadas mais duas inscrições, uma medieval e uma outra da Época Moderna.

A base epigráfica constitui-se de um bloco granítico de formato alongado e de perfil quadrangular, tendo de comprimento aproximadamente 54cm, oscilando a largura entre os 24/25cm. A primeira imagem que se tem da peça, pese embora o evidente desgaste e partes truncadas causadas por sucessivos aproveitamentos, é o de estarmos perante uma ara romana. Em boa verdade foi esta a primeira função do monumento, sendo desta época a mais antiga inscrição gravada.

O monumento epigráfico da Quinta de Santo Adrião foi identificado em 15 de Fevereiro de 2009, aquando de uma visita à Quinta de Santo Adrião, na sequência do desenvolvimento de um estudo monográfico sobre a freguesia de Silvares<sup>1</sup>. Diversas razões contribuem para o seu destaque, pois trata-se, no seu tipo, o mais *sui generis* do concelho de Lousada. Por um lado, porque sendo um bloco de reduzidas dimensões apresenta em distintas faces três epígrafes cronologicamente muito dispares e, por outro, porque embora apresentem dissemelhantes balizamentos temporais unem-



**Figura 1** - Monumento epigráfico da Quinta de Santo Adrião no local quando identificado em 15 de Fevereiro de 2009

nas o retrato de realidades de inspiração religiosa.

Encontrado aquando de obras de beneficiação na capela que se encontra na Quinta de Santo Adrião, o suporte epigráfico que noticiamos deve ter sido parte integrante desta estrutura religiosa numa das fachadas ou mesmo como padieira ou umbral de porta. Apontamos esta última hipótese a mais provável, tendo em consideração os desgastes demonstrados. Após esta intervenção o monumento foi colocado num canteiro de jardim, onde permaneceu até à sua identificação aquando do desenvolvimento do estudo já mencionado. (**Fig.1**) No sentido de contribuir para uma melhor preservação, solicitamos a retirada daquele local para um espaço mais resguardado das intempéries, este facto foi positivamente considerado, circunstância que não queremos deixar de enaltecer pois permitiu, inclu-

sive, não apenas prolongar a vida do monumento como obter as suas reais dimensões e subsequentemente um melhor estudo, tendo em conta que este se achava em parte soterrado.

### 2 - A FREGUESIA: ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO E HIDRO-GEO-MORFOLÓGICO

Silvares é uma das 25 freguesias que integra presentemente o concelho de Lousada. Esta apresenta uma configuração geográfica alongada no sentido Norte/Sul, gozando de uma área de cerca de 575ha. O aro administrativo confina a Norte com a freguesia de Santo Estêvão de Barrosas, a Este com Alvarenga, Santa Margarida e Nogueira, a Sul com Pias e

\* Arqueólogo. Gabinete de Património e Arqueologia da Câmara Municipal de Lousada

<sup>1</sup> Trabalho solicitado pela Junta de Freguesia de Silvares, então presidida pelo Sr. Eng. Couto dos Reis, apresentado publicamente em 1 de Julho de 2009, na Biblioteca Municipal de Lousada, tendo participado na investigação Pedro Magalhães, Carla Moreira, Cristiano Cardoso e Luís Sousa.

Não queremos deixar de manifestar o nosso mais profundo agradecimento à Profa. Lurdes Reis, proprietária da Quinta de Santo Adrião, que muito gentilmente nos tem recebido e de forma solícita nos tem permitido efectuar os mais demorados estudos e levantamentos gráficos do monumento de que damos notícia presentemente.



**Figura 2** - Enquadramento administrativo de Silvares no actual concelho de Lousada

Boim, possuindo, por fim, como limite a Oeste, as freguesias de Cristelos e Ordem. (Fig.2)

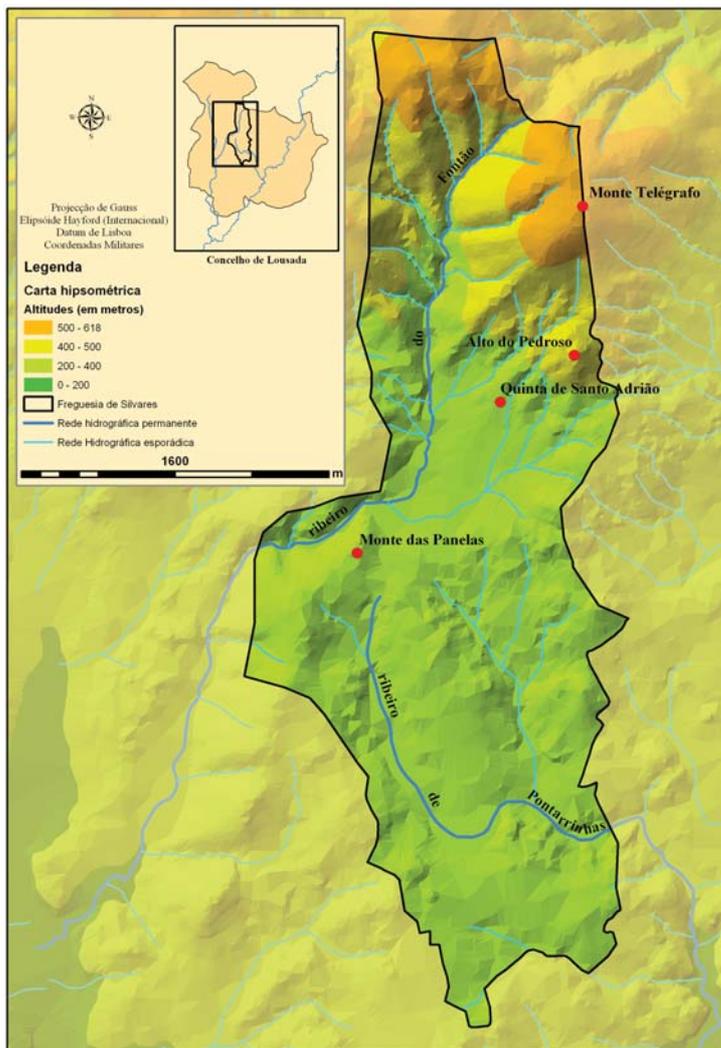
A freguesia assenta numa zona de dualidade morfológica particular, sendo notório o contraste entre a superfície setentrional, recortada e íngreme, e a meridional, tendencialmente aplanada.

Os relevos de maior expressão verificam-se então na parte Norte, onde os esporões do Monte Telégrafo e Santa Águeda atingem respectivamente os 578 e 577 metros de altitude. Adentro ainda dos valores altimétricos representados há a destacar o Alto da Senhora, onde se contempla a altitude de 575 metros, sobressaindo, ainda, os pendores fortemente marcados pelas cristas quartzíticas da serra de Maragotos, situadas no limite Norte do concelho de Lousada, observando-se as cotas de 508 e 509 metros de altitude, respectivamente nos esporões intermédios de Maninho e Maragotos. Neste nível altimétrico veri-

fica-se uma certa rarefacção da cobertura arbórea, predominando os matos rasteiros.

Na metade Sul, concretamente no intervalo altimétrico situado entre as cotas dos 200 e 400 metros, irrigada e de vales abertos, veremos florescer toda a vida económica, social e religiosa da freguesia, com especial evidência para um pequeno alvéolo natural que se estende do sopé do monte de Santa Águeda e Telégrafo até Cancela Nova, achando-se circundado por morros de média/baixa altitude, designadamente pelo Alto do Pedroso, Bica, Monte das Panelas e Além do Rio.

Desde tempos imemoráveis que as condições edáfo-climáticas deste aro geográfico terão sido apreciadas, bem patente, como veremos, pelas recuadas evidências arqueológicas que atestam assentamentos humanos nas imediações pelo menos desde o Bronze Final, mostrando a ponderação tida na escolha do "lugar óptimo" para o



**Figura 3** - Carta de distribuição do povoamento antigo e localização da Quinta de Santo Adrião em Silvares

estabelecimento da comunidade, depreendendo-se que pesavam como princípios selectivos a constituição edáfica dos solos, a amenidade do clima e os recursos aquáticos, factores que determinam a sustentabilidade de uma agricultura necessariamente produtiva para a sobrevivência do grupo.

Aqui nascem dois ribeiros, o Fontão e Pontarrinhas, que drenam as águas providas das encostas de Monte Telégrafo e Monte Pedroso, bem como de outras colinas menores que caracterizam a morfologia do território da freguesia. Pese embora se tratem de dois pequenos cursos de água, são efectivamente o principal recurso aquífero deste aro administrativo, não apenas em proveito do regadio mas porque destes depende a força hidráulica empregue no funcionamento mecânico dos moinhos de rodízio aqui existentes.

### 3 – A INSCRIÇÃO ROMANA

Para além de se observar na Quinta de Santo Adrião a presença de fustes de coluna de diferentes dimensões, em granito e mármore, bem como de alguns muito fragmentários materiais de construção (*tegulae*), destaca-se a existência de uma ara romana votiva, monumento epigráfico que nos permite retirar informações de elevado valor para a compreensão da religião pré-romana na área geográfica do vale do Sousa. (Fig.3)

Pese embora o desgaste em algumas zonas do monumento e de este apresentar fracturado o capitel, foi possível efectuar a leitura da inscrição, facto que permitiu constatar que se trata de uma divindade indígena sob a invocação de *Reove Vadumic[o]*. O voto foi erigido por um *Nigrinus* filho de *Niger*, o que se reconhece como nomes latinizados. Pelo seu significado, o nome *Niger* pode levar a considerar que estamos perante pessoas, por exemplo, de origem africana, porém, não significa que se trate de gente negra ou morena. Apontar a sua proveniência é uma incógnita impossível de contornar, a única realidade que se depreende da leitura da epigrafe é a de que nos encontramos perante um dedicante que se deduz romanizado, mas que continua a cultuar uma divindade indígena. O final do texto apresenta abreviada a fórmula votiva *V(otum) S(olvit) L(ibens) M(erito)*<sup>2</sup>. (Fig.4)

A análise paleográfica e a comparação com outros documentos análogos, permitiu apontar para o monumento uma cronologia em redor do século II d.C., o que consente concluir de uma dispersão de povoamento, nos primeiros séculos após o efectivo domínio do território em que se insere, muito mais alargada do que aquela que se vinha a constatar até então. A penúria de contextos arqueológicos, escavados e com os dados daí resultantes devidamente analisados e interpretados, inibe-nos de apontar consistentemente quaisquer considerações para os primeiros séculos da Romanização.

Esta é mais uma importante achega para que se teça um conhecimento mais profundo sobre esta fase. Até aqui as cronologias mais recuadas achavam-se no castro de São Domingos (Cristelos), Quinta de Padrões (Meinedo) e Alto do Pinouco (Aveleda), o que dão um erróneo panorama do que realmente se terá passado subsequentemente à pacificação deste quadrante geográfico que, como o apontam os resultados da investigação desenvolvida noutras zonas do Norte de Portugal, deveria mostrar mais consistentemente o processo de fixação no vale por parte das comunidades que abandonaram nesta etapa os povoados em altura. A questão para onde foi a comunidade indígena,

<sup>2</sup> Agradecemos a gentileza do Mestre Armando Redentor na elaboração do estudo que resultou na leitura da epigrafe romana que ora se dá conta.

é uma indagação que urge desenvolver, dissipando uma certa ideia de retracção do povoamento.

Como se mencionou atrás, o nome da divindade encontra-se vinculado às águas, nomeadamente com cursos fluviais. De facto, o local de achado, no sopé do Monte Telégrafo e Alto do Pedroso, no extremo norte de um fértil alvéolo, exhibe particulares recursos naturais. Neste espaço constata-se abundante presença de água provinda de pequenas nascentes existentes a meia encosta nos citados esporões e pela passagem nas proximidades do ribeiro do Fontão. Merecem igualmente relevo as menções toponímicas e micro-toponímicas comprovadas nas proximidades da Quinta de Santo Adrião, em documentação escrita e cartográfica, relacionadas com a água. É de destacar, por exemplo, que a própria Quinta de Santo Adrião se chamou outrora Casal da Fonte. Também no “Tombo da Igreja de São Miguel de Silvares”, de 1548, referente ao casal de Lagares, encontramos uma interessante alusão ao “campo do Olho Marinho” (fol.571v). Assim se constata que, de facto, a água é um bem omnipresente na área e que sempre constituiu importante referência no reconhecimento do território.

Entre outras questões pertinentes julgamos que se afigura plausível, face aos elementos arqueológicos observados, colocar relativamente à área envolvente da Quinta de Santo Adrião, a possibilidade de por aí ter existido um *fanum*, isto é, um pequeno templo rural, como se constata para outras regiões do Império. Para alguns autores, nomeadamente Brochado de Almeida

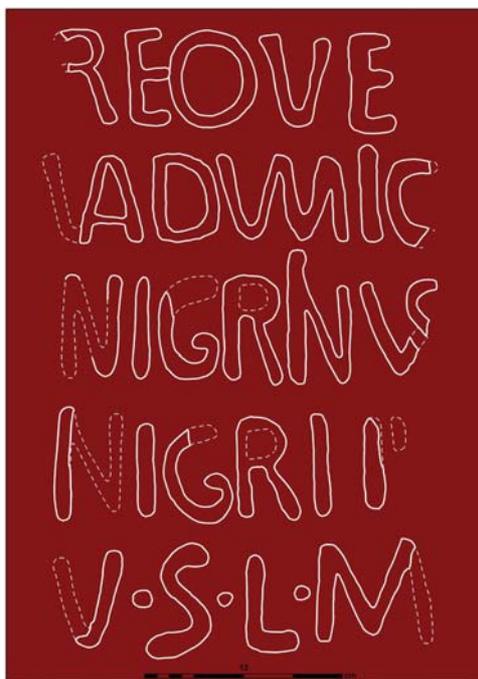


Figura 4 - Epigrafe romana do monumento epigráfico de Santo Adrião

(1998), os santuários rurais teriam um destacado papel na vida social, política e económica da comunidade em que se integravam, reunindo aquilo que se poderá denominar de “diversificação funcional”, servindo como lugares de congregação de comunidades, sede administrativa e centro de reunião política, bem como centros de actividade comercial e económica (feiras e mercados). Embora limitados pela falta de estudos, mormente ao nível da epigrafia, poderemos subentender a presença polarizada em redor do castro de São Domingos, de um conjunto complementar de monumentos, tais como santuários ou templos rurais, no qual se incluirá o possível templo da área da Quinta de Santo Adrião e o provável santuário de Pias, reflexo de que o castro de São Domingos foi convertendo paulatinamente o território a si afecto, numa superfície socializada e culturalizada, assente num modelo diferente da época precedente. A

indicação da implantação de um templo para a zona que temos vindo a abordar, poderá ser alicerçada pela circunstância de nas proximidades passar uma via romana que provinha do castro de São Domingos e se dirigia a Felgueiras com passagem pelo sopé do castro do Senhor dos Perdidos (Margaride), reflectindo, aliás, um panorama similar constatado por Brochado de Almeida (1998) para a região do entre Cávado e Minho. É de igual modo usual acharem-se estes pequenos espaços religiosos inseridos em unidades agrárias particulares. Todavia, não possuímos quaisquer indícios arqueológicos que consintam apontar convenientemente a existência destas para a zona envolvente à actual Quinta de Santo Adrião, embora este espaço reúna favoravelmente todas as condições.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes Documentais

ADB, Tombo da Igreja de São Miguel de Silvares, 1548.

### Bibliografia

**Almeida CAB, 1990** Carlos Alberto Brochado de Almeida (1990) – *Proto-História e Romanização da Bacia Inferior do Lima*, Estudos Regionais, Número Especial, 7/8. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais. ISSN: 0871-3332.

**Almeida CAB, 1993** Carlos Alberto Brochado de Almeida (1993) – *A villa romana de Passos (Tarouquela-Cinfães)*, Separata da Revista da Faculdade de Letras, II série, vol. X. Porto: FLUP. pp. 433-450.

**Almeida CAB, 1998** Carlos Alberto Brochado de Almeida (1998) – *Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre Cávado e o Minho*, in Boletim Cultural de Esposende, nº 20. Esposende: Câmara Municipal.

**Almeida CAB, 2005** Carlos Alberto Brochado de Almeida (2005) – *Alterações no povoamento indígena no início da romanização. Ponto da situação no conventus bracaraugustanus*, in Boletim Avriense, nº 33. Orens: Museu Provincial. pp. 77-93.

**Capela, Matos e Borralheiro, 2009** José Viriato Capela; Henrique Matos e Rogério Borralheiro (2009) – *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758: Memórias, História e Património*. Coleção Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758. Braga: ed. De Autor. ISBN: 978-972-98662-4-1.

**Magalhães et alii, 2009** Pedro Magalhães, Carla Moreira, Cristiano Cardoso e Luís Sousa (2009) – *Silvares: um percurso pela sua história*. Silvares: Junta de Freguesia.

**Sousa, 2007** Luís Jorge Cardoso de Sousa (2007) – *Proto-História e Época Romana no concelho de Lousada: Aplicação de um SIG na análise espacial em Arqueologia* (Tese de Licenciatura). Porto: FLUP/DCTP (Policopiado).

### Cartografia

Carta Militar de Portugal, IGE, escala 1/25 000, folha nº 99 [Material cartográfico], 3ª edição, 1998, série M888, ISBN: 972-764-984-X.

Carta Militar de Portugal, IGE, escala 1/25 000, folha nº 112 [Material cartográfico], 4ª edição, 1998, série M888, ISBN: 972-764-998-X.